

Refeicheff

Restaurantes Empresariais



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ-
CAMPUS CURITIBA, Sr Douglas Ivo D'Espíndola de Oliveira,

Ref.: Concorrência - Edital nº 0007/2014-PROCESSO Nº 23397.000698/2014-66

REFEICHEFF RS RESTAURANTES CORPORATIVOS EIRELE ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.972.721/0001-02, situada à Rua Almirante Barroso, 236 Sala 1- bairro Niterói - Canoas- RS, vem, à presença de Vossa Senhoria, com base na Lei 8666/93, Artigo 109 Inciso I ;

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;*
- b) julgamento das propostas;*
- c) anulação ou revogação da licitação;*

, e conforme amparado na lei e demais normas aplicáveis à espécie, interpor, tempestivamente,

RECURSO

Contra a Classificação da **Empresa Senetra Alimentos Eireli** e a proposta tida como vencedora do certame, bem como dos lances ofertados pelos demais licitantes, os quais se revelam manifestamente inexequíveis consoante se demonstrará a seguir:

RAZÕES RECURSAIS

1) DOS PRESSUPOSTOS

A interposição do presente recurso é tempestiva, considerando que o prazo de 5(cinco) dias úteis, iniciou se aos dias 06 de Novembro de 2014, data da publicação "Extrato de Publicação Licitação e Concorrência", restando estabelecido o prazo para apresentação das razões recursais até 23h59min do dia 12 de Novembro de 2014.

A empresa recorrente embora CLASSIFICADA não venceu o certame o que, *per si*, evidencia o interesse recursal.

A peça de irresignação é proposta por empresa credenciada e participante do certame, o que atesta a sua legitimidade.

Presentes, portanto, os pressupostos recursais.

2) INTRÓITO

O objeto do presente certame licitatório para Concorrência pelo MAIOR PREÇO restou assim definido: "1.1 O objeto da presente licitação é a CONCESSÃO DE USO PARA FINS COMERCIAIS no ramo de CANTINA/ LANCHONETE, em área do Prédio do Instituto Federal do Paraná – Câmpus Curitiba, situada na Rua João Negrão, 1285 – Rebouças–Curitiba – PR, sendo a área de total de 57 m² distribuído em dois pontos (42 m² e 15m²).

1.2 A concessão de uso será onerosa, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme disciplina o art. 57, II da Lei 8.666/93, e se for de conveniência da Administração.

1.3 A título de informação, a demanda informada no item 12, constante do Projeto Básico com os estimativos da população do Campus Curitiba, bem como o cardápio mínimo estabelecido ao item 8 do mesmo Projeto Básico, não constitui qualquer compromisso presente ou futuro por parte do IFPR – Campus Curitiba, não cabendo portanto responsabilização por parte deste, por variações na quantidade de refeições ou lanches a serem servidos pela licitante vencedora.

1.4 As dependências da Cantina/lanchonete são de uso exclusivo de servidores, estagiários, alunos, prestadores de serviços e visitantes do IFPR –Campus Curitiba. (ITEM I deste Edital)."



Refeicheff

Restaurantes Empresariais

318

Em atendimento ao art. 40, §2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, o Anexo do Edital denominado de MAPA DE PESQUISA DE PREÇO (Fig. 1), e o Item 7.2 do Projeto Básico, o trouxe a seguinte estimativa dos custos dos itens licitados:

VALOR VENAL PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL.



INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ



BRASIL

MAPA DE PESQUISA DE PREÇO

| | | | |
|-------------------|--|--------|-----------------|
| Nº de Pesquisa: | 7202 | Data: | 31.07.2014 |
| Local: | 25.006 | Sede: | Campus Curitiba |
| Requisitante: | DOUGLAS IVO D'ESPINDOLA DE OLIVEIRA | SLAPE: | 1667670 |
| Elemento Despesa: | | | |
| Justificativa: | Tendo em vista, a disponibilidade de ambiente próprio para a instalação de cantina dentro das dependências do Câmpus Curitiba, possibilitando ofertar aos docentes e servidores a disponibilidade deste serviço sem a necessidade de deslocamento externo ao Câmpus e, conseqüentemente redução dos riscos oriundos deste deslocamento. Considerando ainda a inexistência de estabelecimentos comerciais que ofereçam produtos/serviços alimentares adequados nas proximidades do Câmpus Curitiba e que dificulte a alimentação nos horários de intervalo dos alunos e este fim. | | |

| Item | Subitem | Especificações | Qtd | Unid | PMUN | Valor Médio | Total |
|------|---------|--|-----|------|------|-------------|------------|
| 001 | | Espaço destinado ao comércio restrito, com área aproximada entre 45m² a 12 m², em região central de Curitiba, para venda de produtos, bebidas e outros itens de consumo. | 1 | m² | | R\$ 482,33 | R\$ 482,33 |

| | |
|---|---|
| Responsável pela elaboração das Especificações Ass: _____ Requisitante e responsável pelas especificações Eliane Mesquita SLAPE: 1817232 | Da Veracidade dos Orçamentos Venho firmar que os orçamentos que compõem o preço médio acima estipulado, foram por mim realizados e são verdadeiros. Ass: _____ Requisitante e responsável pelos orçamentos Data: _____ SLAPE: 1817232 |
| Do Assinatura Requisitante: Data: ____ / ____ / 20____ Ass: _____ Douglas Ivo D'Espindola de Oliveira SLAPE: 1667670 | Ordenador de Despesa Autorizo abertura do processo de compra. Data: ____ / ____ / 20____ Ass: _____ Adriano Wiliam de Silva SLAPE: 1651067 |

Página 1 de 1

Figura 1-MAPA PESQUISA DE PREÇOS

7. DA INFRA-ESTRUTURA

7.2 A título de informação, para possibilitar a aferição da viabilidade da concessão desta proposta, o IFPR – Campus Curitiba disponibiliza o estimativo de consumo atual mensal de energia elétrica e água da lanchonete com contrato vigente: (a) energia elétrica: aproximadamente 2.344 kw/h e (b) água: aproximadamente 7,5 m³/mês.

Por outro lado, o Edital de Licitação, cumprindo a norma geral estabelecida no art. 42, inciso II, da Lei de Licitações e Contratos, previu no item 11.3 que seriam desclassificadas as propostas que apresentassem preços manifestamente inexequíveis e/ou que não comprovassem sua exequibilidade.

O subitem 11.3.1 cuidou de especificar o que seriam preços inexequíveis bem como os procedimentos a serem adotados nestes casos, senão vejamos:

11.3 Critérios de Aceitabilidade dos Preços:

11.3.1. Os preços unitários e totais serão analisados com base nas informações e detalhamentos constantes da proposta. **As propostas que apresentem inconsistências na composição de seus preços serão desclassificadas;** (Grifo nosso).

A Lei n. 8.666/93, que rege a presente seleção, apresenta os seguintes critérios para aferição de exequibilidade:

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

*II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, **assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade** através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.* (Grifo nosso).

[...]

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.

R

Diante do que determinam as normas supra mencionadas, o valor estimativo apresentado pelo órgão e, o valor final dos lances ofertados, imperiosa a interposição do presente recurso para que sejam reavaliados os preços finais do certame, declarando-os inexecutáveis, os que estiverem acima da viabilidade de execução e os que não forem comprovados através de forma documental.

3) DOS PREÇOS INEXEQUÍVEIS APURADOS

Conforme destacado no tópico anterior, o preço estimativo para a unidade de medida, baseado em três orçamentos, foi assim definido(conforme Fig 1 MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS):

ITEM 10 DA PROPOSTA DE PREÇO – ENVELOPE 2

- 10.4 Valor mínimo estipulado para o encargo mensal: R\$ 483,33 (quatrocentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos);

Aberta a sessão e após a análise da Comissão de Licitação os lances (propostas) classificados foram:

1º colocado Eric Carbonara Montini & Cia Ltda(DESCCLASSIFICADA)

2º colocado a empresa Senetra Alimentos Eirele

3º colocado a empresa Capri Buffet Ltda

4º colocado a empresa Refeicheff RS Restaurantes Corporativos Eirele ME

É no mínimo estranho que o órgão licitante apresente uma estimativa de R\$ 483,33, e os lances CLASSIFICADOS sejam no valor de 6,2 vezes maior que a avaliação de mercado para este tipo de locação .

Há uma disparidade exagerada do valor final dos lances e o valor apurado como média de mercado.

Ora, os preços que foram aceitos pelo Pregoeiro correspondem no caso das empresas Classificadas em 2º lugar e 3º Lugar a 630% e 565 %, respectivamente, acima do preço estimado pelo órgão.

Revela-se impertinente qualquer percentual que supere 100% do valor estimado, desde que comprovado através de documentação, e ou PLANILHAS DE CUSTO onde se comprove a viabilidade da proposta.

Em tabela demonstrativa é de se ver que quase todos os preços apresentados pelos primeiros colocados, para o ITEM, revelam-se inexecutáveis:

| ordem | Empresa Concorrente | Valor Lance | Avaliação da Comissão |
|-------|---|--------------|---------------------------------------|
| 1ª | Eric Carbonara Montini & Cia Ltda | R\$ 7.235,00 | Desclassificada, por inexequibilidade |
| 2ª | Senetra Alimentos Eireli | R\$ 3.025,00 | Classificada |
| 3ª | Capri Buffet Ltda | R\$ 2.735,00 | Classificada |
| 4ª | Refeicheff RS Restaurantes Corporativos Eirele - ME | R\$ 1.000,00 | Classificada |

Marçal Justen Filho, em sua obra "Comentários à lei de licitações e contratos administrativos"¹, enfatiza que: *"Presume-se que as propostas inferiores a 70% do preço orçado pela Administração são inexecutáveis, bem como as que ultrapassem de forma estratosférica os preços reguladores e tidos como mínimos"*.

Assim, em uma análise superficial poder-se-ia afirmar que os licitantes não compreenderam o esforço a ser empreendido e a ser contratado pelo INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ- CAMPUS CURITIBA, visando sim o melhor tipo de serviço e não obter lucros locatícios com a cessão do espaço.

Explica-se: o valor das propostas que estão exageradamente acima do mínimo de R\$ 483,33, onde notoriamente desconsideram e acobertam o custo dos perfis necessários para execução do OBJETO definido no item I, do Edital.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Dialética: São Paulo, 2010 – pág. 659.

De acordo com o instrumento convocatório a empresa vencedora deverá ainda arcar mensalmente com o custo de energia elétrica, água e esgoto, bem como seu custo de mão de obra, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, investimento em estoque, equipamentos e reforma para a utilização da área a ser disponibilizada, visto que a cessão é para apenas o espaço físico dentro do Campus.

Nos termos do Edital e do Projeto Básico, a empresa vencedora deverá:

EDITAL

ITEM 14

14.9 - A Cessionária se responsabilizará pela regularização fiscal da Cantina/Lanchonete, responderá integralmente pelo cumprimento das obrigações fiscais perante o fisco Federal, Estadual, Municipal e outras obrigações legais. Deverá cadastrar-se e manter atualizado o cadastro e situação fiscal da empresa, junto ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, no prazo máximo de 30 dias após efetivação do Termo de Concessão de Uso.

PROJETO BASICO

5.9 A cessionária deverá manter um estoque de produtos adequado ao bom atendimento da demanda.

7.1 É de responsabilidade única e exclusiva da cessionária prover os móveis, equipamentos, máquinas, vasilhames e utensílios necessários para a prestação dos serviços, em quantidade suficiente a proporcionar um bom atendimento.

7.2 A título de informação, para possibilitar a aferição da viabilidade da concessão desta proposta, o IFPR – Campus Curitiba disponibiliza o estimativo de consumo atual mensal de energia elétrica e água da lanchonete com contrato vigente: (a) energia elétrica: aproximadamente 2.344 kw/h e (b) água: aproximadamente 7,5 m³/mês.

7.2 O tipo de móveis a serem instalados bem como suas disposições no espaço destinado a esta finalidade devem preservar a harmonia da infra estrutura e o bem estar do local onde a cantina/lanchonete será implantada.

7.3 A cessionária deverá fornecer lixeiras com tampa móvel e sacos de plásticos no interior, para toda área do estabelecimento e de acordo com as normas de coleta seletiva, ou conforme determinado pelo fiscal de contrato do IFPR – Câmpus Curitiba ou outro competente.

9.1 Toda manutenção/reparo será de responsabilidade da cessionária, devendo ser mantidos os mesmos padrões de materiais e acabamentos, sendo que a manutenção abrange os seguintes itens: a) água/ esgoto, b) energia (eletro dutos e conexões, lâmpadas, disjuntores, reatores, interruptores). c) GLP (válvulas, conexões, etc.).

10.2 O pessoal necessário à execução do serviço objeto da presente concessão será de exclusiva responsabilidade da cessionária, observando a legislação trabalhista e as normas de Segurança e Higiene do Trabalho.

10.3 A cessionária deverá manter um número mínimo de empregados necessário para atender de modo satisfatório a demanda de cada turno de aula da instituição. Caso seja necessário, tal número será estabelecido pela Fiscalização do IFPR – Campus Curitiba.

10.4 Os empregados deverão usar uniforme apropriado, em perfeitas condições de higiene, predominantemente na cor branca, gorros/bonés, sapatos/ tênis e demais que se fizerem necessários.

11.2 O material de limpeza e a retirada do lixo interno são de responsabilidade da cessionária.

11.3 A cessionária deverá manter um programa periódico de desinsetização e desratização, com frequência necessária para manter a higiene local, ou sempre que solicitado pela fiscalização do IFPR Campus Curitiba .

11.4 As empresas responsáveis pelo serviço de desinsetização e desratização deverão apresentar alvará de funcionamento expedido pelo centro de Vigilância Sanitária e comprovar o registro em um dos Conselhos Regionais: CREA, CRB, CRMV, CRF, CRQ, etc.

15.1 Manter, durante a execução do Termo de Concessão de Uso, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e todas as condições de habilitação exigidas na licitação e nas legislações municipal, estadual e federal.

Sem demandar maior esforço, verifica-se que o nível de investimento somado aos custos operacionais exigidos, demonstram que as propostas de locação apresentadas pelas empresas ERIC CARBONARA MONTINI & CIA LTDA(já desclassificada), SENETRA ALIMENTOS EIRELE e CAPRI BUFFET LTDA, são inexecutáveis em relação a natureza da contratação.

O mesmo raciocínio deve ser feito para a execução das tarefas, pois o INSTITUTO FEDERAL DO PARANA – CAMPUS CURITIBA, possui três turnos distintos, as atividades iniciam as 7:30hs da manhã e encerrasse as 22:45 hs , perfazendo um somatório de horas de 15 horas e 15 minutos, onde pelo regime laboral de nosso País, seriam divididos em dois turnos de trabalho de 8:00 horas, e por haver dois locais distintos dentro do Campus onde serão executados estes serviços e fácil chegarmos ao numero mínimo de funcionários exigidos, o qual, embora não especificado no Edital e seus anexos e de fácil contabilização.

Por existir dois locais de trabalho distintos no local, teremos que prever duas equipes por turno em quantidade mínima de 5 funcionários por turno, somando assim o total de 10 funcionários. Esta questão esta muito bem elucidada no RELATÓRIO ANALITICO divulgado pela Comissão de licitação onde se Le:

Muito embora seja critério da cessionária a decisão sobre o número de funcionários que contratará, quis parecer a esta Comissão de Licitação que para o cumprimento imposto nos itens supra citados, a vencedora do certame deverá arcar com a contratação de, ao mínimo, 10 (dez) funcionários devidamente registrados, observando que são dois espaços de cantina e três turnos de atendimento que este Campus demanda.

Sobre as instalações e infra estrutura dos ambientes, trazemos a baila, o item 07 do Projeto Básico para reflexão:

"7.1 É de responsabilidade única e exclusiva da cessionária prover os móveis, equipamentos, máquinas, vasilhames e utensílios necessários para a prestação dos serviços, em quantidade suficiente a proporcionar um bom atendimento."

Deste item, podemos considerar óbvio que haverá investimentos em infra estrutura por parte da cessionária que garantam a qualidade no atendimento da demanda.

De igual maneira à questão relativa ao número de funcionários, entende essa Comissão de Licitação, que a questão da infra estrutura não pode em hipótese alguma afastar o interesse da Administração no certame, qual seja para este caso, não o lucro, mas sim a oferta de alimentação adequada ao cardápio proposto, em ambiente adequado e com preços acessíveis à comunidade acadêmica do Campus.

Figura 2 REPRODUÇÃO PARCIAL RELATORIO ANALITICO Pag.3

A matemática é simples: As empresas classificadas em 2º Lugar e 3º Lugar, (ainda sem mencionar a em 1º Lugar, já desclassificada), pensaram somente no valor da proposta de Cessão, sem considerar os custos operacionais da implantação, os custos fixos mensais como energia, água, esgoto e GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), não observando a Convenção Coletiva de trabalho da Categoria, a quantidade de funcionários necessários, o custo de equipamentos, o custo inicial de estoque, o custo de reforma da área a ser utilizada, visto que deve se solicitar alvará sanitário e para tal os locais devem estar em acordo, os meses de inatividades do Instituto Federal do Paraná – Campus Curitiba, onde e sabedor a todos conforme portaria do MEC são em media apenas 200 dias letivos por ano reduzindo se assim os dias de faturamento, haja vista que devera honrar mesmo que não exista comercio neste período com seus funcionários e fornecedores bem como suas obrigações fiscais.

Supondo que cada empresa classificada já possua os equipamentos necessários a execução do contrato, mesmo assim os custos de implantação e manutenção do Objeto, somado ao valor de cada proposta o torna inviável, cabe a todos questionarmos pois como sabemos, se o custo de uma operação financeira é de alta, ela somente será executada da seguinte formas:

- PREÇOS ALTOS
- BAIXA QUALIDADE
- MÃO DE OBRA DESQUALIFICADA
- INADIMPLENCIAL FISCAL OU TRIBUTARIA
- DESCUMPRIMENTO DA CLT

Ressalte-se que nas propostas apresentadas pelas empresas SENETRA E CAPRI sequer observaram os fatores de risco e custo, seja talvez por sua inexperiência ou por tentarem de forma a vencerem o certame com propostas fora da realidade de mercado, sem uma preocupação com os demais custos administrativos e de gestão contratual e de pessoal, o que diminui mais a margem de execução da proposta.

Ainda que as licitantes classificadas nas primeiras posições aleguem que seria possível alocar funcionários de outros clientes/contratos para realizar as tarefas deste, a Administração não pode se valer de prazos contratuais de terceiros para homologar e adjudicar o objeto a uma empresa que não apresente condições de pagar funcionários com o valor a ser recebido com a execução deste contrato.

Embora se alegue que o valor a menor será absorvido pela estrutura empresarial, há necessidade de se verificar se uma empresa individual, por exemplo, teria grande estrutura que pudesse cobrir todas as despesas operacionais de uma proposta inexecutável, com lucro negativo para a empresa e, ainda, manter a saúde das entregas editalícias, ainda mais num período de eminência de um aumento expressivo da inflação como temos vistos nas ultimas semanas.

A Administração deve certificar, ainda, que os licitantes adotaram projeção correta quanto a carga tributária e outros encargos incidentes sobre a execução do objeto.

A fragilidade de uma proposta inexecutável pode se configurar em uma verdadeira armadilha para o órgão licitante, em que o primeiro classificado vence o certame, atinge seus objetivos empresariais, quaisquer que sejam, fracassa na execução do objeto e rapidamente se socorre da revisão de preços.

O Tribunal de Contas da União já decidiu sobre o tema:

*Com efeito, ao admitir uma proposta com tais imperfeições, a administração pública pode ficar sujeita a uma posterior oposição de dificuldades para a execução contratual de parte da empresa. **Não seria surpresa se, frustrada a alíquota incerta, que possibilitou cotações mais baixas e a adjudicação do objeto, a contratada viesse alegar a necessidade de equilíbrio econômico-financeiro, com base, por exemplo, no §5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93: (...). Chancelar uma promessa como se fosse uma prescrição de lei, com a boa intenção de contratar por menos, pode acabar trazendo consequências danosas para os cofres públicos. Além disso, transgride o princípio da legalidade desprezando, no caso, a realidade tributária.***²

(grifos editados)

No mesmo sentido são as lições de Marçal Justen Filho³:

*Admitir generalizadamente a validade de propostas de valor insuficiente pode significar um incentivo a práticas reprováveis. **O licitante vencedor procurará alternativas para obter resultado econômico satisfatório. Isso envolverá a redução da qualidade da prestação, a ausência de pagamento dos tributos e encargos devidos, a formulação de pleitos perante a Administração e assim por diante.***

[...]

Usualmente, a contratação avançada por valor insuficiente acarretará a elevação dos custos administrativos de gerenciamento do contrato. Caberá manter grande vigilância quanto à qualidade e perfeição do objeto executado e litígios contínuos com o particular,

² Acórdão nº 395/2005, Plenário, rel. Min. Ubiratan Aguiar.

³ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Dialética: São Paulo, 2010 – pág. 654-655.

sempre interessado em obter uma solução que propicie a reestruturação da contratação. Logo, as vantagens obtidas pela Administração poderão ser meramente aparentes. No final, a Administração obterá ou um objeto de qualidade inferior ou se deparará com problemas muito sérios no tocante à execução do contrato.

(grifamos)

4) DA DETERMINAÇÃO LEGAL DE AVALIAÇÃO DA INEXEQUIBILIDADE

Consoante já afirmado, a Lei n. 8.666/93 prevê em seu art. 48, inciso II, a necessidade de aferição de preços exequíveis durante o processo licitatório.

A administração deve se assegurar de que as propostas apresentadas sejam viáveis e, para tanto, deve certificar o preço por meio de documentos que comprovem que os custos envolvidos são coerentes com os preços de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

Conforme tão bem colocado por esta Comissão em seu RELATORIO ANALITICO, onde se Le o disposto no Art 48 Inciso II da Lei 8666/93:

Onde podemos afirmar que "consideram-se preços manifestamente inexecuíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida."

A peça recursal já indicou cálculo simples a amparar o pedido de diligências para aferição da inexecuibilidade e legalidade das propostas, tal como exige se em todo instrumento editalício. É imperiosa a realização de diligências em relação a proposta vencedora e de empresas que ofertaram os lances subsequentes.

Ressalte-se, ainda, que o art. 4º, inciso X, da Lei n. 10.520/2002 define que será adotado critérios para a classificação das propostas, mas também prevê que devem ser observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital. Isso significa que as propostas devem ser avaliadas com base nos critérios elementares apontados no Edital e demais normas aplicáveis à espécie.

No caso em tela, a Administração deve se certificar que os maiores preços ofertado pelas empresas classificadas em 2º Lugar SENETRA e em 3º Lugar CAPRI BUFFET, onde sabe-se que o objetivo destas propostas é propor de forma desleal, ferindo o princípio da Isonomia, e que o INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS CURITIBA, obtenha lucros locatícios com este tipo de proposta, não dando atenção assim o que se exige para a execução do objeto, mas, também, todos os custos operacionais e legais que envolvem a contratação e manutenção destes profissionais.

Essa é a doutrina, novamente, de Marçal Justen Filho⁴:

A Administração não pode ignorar as regras legais e editalícias, admitindo como válidas propostas que se configurem como inexequíveis. Antes de tudo, a Administração tem de respeitar o ato convocatório. Se houve explícita referência à inexecutabilidade e sobre critérios de desclassificação correspondentes, a Administração não pode ignorar o conteúdo das próprias exigências – especialmente porque uma parcela dos licitantes pode ter respeitado lealmente a disciplina do ato convocatório, não sendo admissível a lesão a seus interesses como decorrência de sua honestidade.

*Os arts. 44, §3º e 48, II e §§1º e 2º, devem ser interpretados no sentido de que a **formulação de proposta de valor reduzido exige avaliação cuidadosa por parte da Administração. A evidência de prática de valor irrisório deve conduzir à formulação de diligências, destinadas a apurar a viabilidade da execução, inclusive com a verificação de outros dados no âmbito do licitante. Assim, cabe verificar se o sujeito efetivamente se encontra em dia com suas obrigações tributárias e previdenciárias. Deve exigir-se o fornecimento de informações sobre o processo produtivo e a qualidade dos produtos e insumos. É necessário solicitar do sujeito esclarecimentos sobre a dimensão efetiva de sua proposta e assim por diante.***

(grifos inovados)

Há segurança jurídica na contratação de uma empresa que oferta propostas superiores a 500% do valor estimado? É seguro contratar uma empresa que oferta lances correspondentes a 6,3 vezes, respectivamente, do preço estimado pelo órgão? A Administração analisou a composição dos cálculos quando aceitou e habilitou

⁴ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Dialética: São Paulo, 2010 – pág. 655-656.

a segunda e a terceira colocada no item que compõem o registro de preços? A Administração tratou a proposta da primeira colocada como inexequível, por apresentar-se acima dos preços do termo de referência em quase que 17 vezes o valor mínimo, e embora a segunda e a terceira também apresentassem propostas quase que na mesma proporção não foram desclassificadas?

A Administração quando verifica o preço manifestamente inexequível tem o dever de atestar a plausibilidade da composição do preço final, especialmente no tocante a compatibilidade entre os lances ofertados e os valores de mercado colhidos pelo próprio órgão licitante.

A legislação de regência veda que sejam aceitos preços superiores ao estimado (excessivos), e no mesmo sentido proíbe a admissão de propostas com preços muito aquém do orçado pelo órgão licitante. Essa é a inteligência do Art. 25 do Decreto Regulamentador do Pregão Eletrônico (Decreto n. 5450/2005):

Art. 25. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar **quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação** e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

(grifo nosso)

A interpretação ao dispositivo remete a conclusão de que o preço inexequível gera prejuízos para a Administração e frustração da licitação – o que parece ser economicamente viável pode se tornar um grandioso problema.

Na hipótese desse certame é possível verificar que os licitantes, no anseio de obter a contratação, ultrapassaram o limite da exequibilidade aumentando os preços a valores superiores aos manifestamente plausíveis.

É nesse sentido, para evitar ações aventureiras, que as normas pertinentes buscam imperativamente que a Administração se resguarde da formulação de propostas com preços inexequíveis. Para tanto, o órgão licitante deve estar seguro de que o contrato será executado nos moldes exigidos no edital, com investigações prévias à assinatura do instrumento acerca dos preços ofertados.

Nesse sentido a jurisprudência do TCU:

*10. A propósito do procedimento, ora anunciado, parece-me imperioso frisar, de início, que, nos termos legalmente estabelecidos, é prevista a desclassificação de propostas na licitação que tenham valor global superior ao limite estabelecido ou que apresentem preços manifestamente inexequíveis, significando dizer que, uma vez submetidos ao critério estabelecido no §1º anteriormente transcrito, **os preços que se situem em patamares inexequíveis, deverão, necessariamente, ser objeto de demonstração de viabilidade pela empresa que os ofertou, sob pena de, não logrando êxito nessa comprovação, ter desclassificada sua proposta.***⁵

Considerando tudo o que foi exposto é de se concluir que a maioria das propostas apresentados na sessão são manifestamente inexequíveis ao se comparar o preço estimado e o percentual de lucro proposto, devendo a Administração realizar diligências no sentido de confirmar a real exequibilidade das propostas.

E, caso todos os licitantes sejam desclassificados em decorrência do preço (Art. 25, §5º do Decreto n. 5450/2005), o certame poderá ser aproveitado com a reapresentação de lances/propostas, conforme faculta a Lei 8.666/93, em dispositivos contidos em seu art. 48, norma esta de aplicação subsidiária ao Pregão e com ele compatibilizado.

Como podemos verificar nas planilhas de custos abaixo mensuramos de acordo com a proposta de locação do 2º e 3º colocado, e diante do exposto verifica se sua INEXEQUIBILIDADE:

⁵ Acórdão n. 1470/2005, Plenário, rel. Min. Ubiratan Aguiar.

PLANILHA DE NEGOCIOS 2º COLOCADO

CLIENTE: CANTINA IFPR- CAMPUS CURITIBA
PERIODO: MENSAL

I - MÃO-DE-OBRA

| | UND | QTD | Nº FUNCIONARIOS | VLR UNIT | VALOR TOTAL |
|----------------------------|-----|-----|-----------------|----------|---------------|
| Ajudante de Lanchonete | HH | 220 | 8 | 11,83 | R\$ 20.820,80 |
| Cozinheiro | HH | 220 | 2 | 14,35 | R\$ 6.314,00 |
| TERCEIROS (MANUTENÇÃO) | HH | 20 | 1 | 25,00 | R\$ 500,00 |
| VALOR TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | | | 100% | R\$ 27.634,80 |

II- DESPESAS ADMINISTRATIVAS CUSTO SEDE

| | | | | | |
|--|--|--|--|---------|------------|
| DESPESAS ADM (CONTADOR, LICENÇAS, ALVARAS) | | | | 100,00% | R\$ 800,00 |
|--|--|--|--|---------|------------|

III- DESPESAS AQUISIÇÃO DE ESTOQUE MINIMO (PREVISTO 45 DIAS DE CONSUMO)

| | | | | | |
|----------------|--|--|--|---------|---------------|
| ESTOQUE MINIMO | | | | 100,00% | R\$ 54.569,00 |
|----------------|--|--|--|---------|---------------|

IV- INFRA ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS

| | | | | | |
|---|--|--|--|-------|--------------|
| INVESTIMENTOS EQUIPAMENTOS (PERIODO 12 MESES = VALOR TOTAL EQUIPAMENTOS / 12 MESES) VALOR TOTAL | | | | 8,30% | R\$ 3.860,00 |
|---|--|--|--|-------|--------------|

V- DESPESAS FIXAS

| | | | | | |
|--|--|--|--|---------|--------------|
| CUSTOS (ENERGIA, AGUA, MANUTENÇÃO, GLP) | | | | 100,00% | R\$ 2.964,91 |
|--|--|--|--|---------|--------------|

VI- FATURAMENTO (PREVISÃO MEDIA MENSAL)

| | | | | | |
|-------------------------|--|--|--|---------|---------------|
| PREVISÃO DE FATURAMENTO | | | | 100,00% | R\$ 72.000,00 |
|-------------------------|--|--|--|---------|---------------|

VII- ENCARGOS FISCAIS

| | | | | | |
|--|--|--|--|-------|--------------|
| IMPOSTOS (Em acordo com Simples Nacional Lei 123/2003) | | | | 4,65% | R\$ 3.348,00 |
|--|--|--|--|-------|--------------|

VIII- MARGEM R\$ FATURAMENTO/ CUSTOS

| | | | | | |
|---|--|--|--|--|-----------------|
| FATURAMENTO (IGUAL A VI) | | | | | R\$ 72.000,00 |
| CUSTO TOTAL (Soma I, II, III, IV, V, VII) | | | | | R\$ 93.176,71 |
| LUCRO (FATURAMENTO - CUSTO TOTAL) | | | | | R\$ (21.176,71) |
| PERCENTUAL | | | | | -23% |

PLANILHA DE NEGOCIOS 3º COLOCADO

| | | | | | |
|---|-----|-----|-----------------|----------|----------------------|
| CLIENTE: CANTINA IFPR- CAMPUS CURITIBA | | | | | |
| PERIODO: MENSAL | | | | | |
| I- MÃO-DE-OBRA | | | | | |
| | UND | QTD | Nº FUNCIONARIOS | VLR UNIT | VALOR TOTAL |
| Ajudante de Lanchonete | HH | 220 | 8 | 11,83 | R\$ 20.820,80 |
| Cozinheiro | HH | 220 | 2 | 14,35 | R\$ 6.314,00 |
| TERCEIROS (MANUTENÇÃO) | HH | 20 | 1 | 25,00 | R\$ 500,00 |
| VALOR TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | | | 100% | R\$ 27.634,80 |
| II- DESPESAS ADMINISTRATIVAS CUSTO SEDE | | | | | |
| DESPESAS ADM (CONTADOR, LICENÇAS, ALVARAS) | | | | 100,00% | R\$ 800,00 |
| III- DESPESAS AQUISIÇÃO DE ESTOQUE MINIMO (PREVISTO 45 DIAS CONSUMO) | | | | | |
| ESTOQUE MINIMO | | | | 100,00% | R\$ 54.569,00 |
| IV- INFRA ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS | | | | | |
| INVESTIMENTOS EQUIPAMENTOS (PERIODO 12 MESES = VALOR TOTAL EQUIPAMENTOS/12 MESES) VALOR TOTAL | | | | 8,30% | R\$ 3.860,00 |
| V- DESPESAS FIXAS | | | | | |
| CUSTOS (ENERGIA, AGUA, MANUTENÇÃO, GLP). | | | | 100,00% | R\$ 2.964,91 |
| VALOR DA PROPOSTA DE CESSÃO CAPRI BUFFET | | | | | R\$ 2.725,00 |
| VI- FATURAMENTO (PREVISÃO MEDIA MENSAL) | | | | | |
| PREVISÃO DE FATURAMENTO | | | | 100,00% | R\$ 72.000,00 |
| VII- ENCARGOS FISCAIS | | | | | |
| IMPOSTOS (Em acordo com Simples Nacional Lei 123/2003) | | | | 4,65% | R\$ 3.348,00 |
| VIII- MARGEM R\$ FATURAMENTO/ CUSTOS | | | | | |
| FATURAMENTO (IGUAL A VI) | | | | | R\$ 72.000,00 |
| CUSTO TOTAL (Soma I, II, III, IV, V, VII) | | | | | R\$ 93.176,71 |
| LUCRO (FATURAMENTO - CUSTO TOTAL) | | | | | R\$ (21.176,71) |
| PERCENTUAL | | | | | -23% |

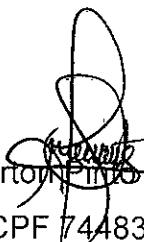
Com base nas Planilha de custos apresentadas, e ainda que em uma esfera otimista, gostaríamos que as empresas aqui citadas apresentassem seus custos, afim de se comprovar a viabilidade deste empreendimento.

5) DO PEDIDO

Pelo exposto, requer o conhecimento e provimento do presente recurso para que seja diligenciada a proposta da licitante vencedora quanto à exequibilidade dos preços ofertados, e caso desclassificada, sejam verificados igualmente os preços das propostas das demais concorrentes, solicitando a todas empresas Classificadas que apresentem sua planilhas de custos para contratação de pessoal contendo o mínimo de 10 funcionários descritos no RELATORIO ANALITICO emitido por esta Comissão, bem como copia da Convenção Trabalhista a qual a categoria deve estar inscrita, planilha de custo de estoque em acordo com o cardápio apresentado bem como o preço de custo de seus produtos incluindo a previsão de faturamento mensal, seu Plano de Negócios onde devesse constar seu custo fixo com energia elétrica, água e esgoto, GLP, custo de aquisição de equipamentos e lista dos equipamentos a serem fornecidos em acordo com Lay-out a ser apresentado para aprovação conforme informa o instrumento editalício, até que se ateste uma proposta exequível de acordo com os parâmetros fixados no Edital.

Alternativamente, caso todas as propostas sejam desclassificadas, requer a imediata aplicação do art. 48, §3º, da Lei n. 8.666/93 (norma subsidiária a Lei do Pregão), com reabertura do certame para habilitação de outras propostas livres de preços inexequíveis.

Curitiba 11 de Novembro de 2014.


Everton Pinto Gonçalves
CPF 74483285068
Diretor

REFEICHEFF RS REST COP EIRELE ME

Alessandro Montagna

Refeicheff

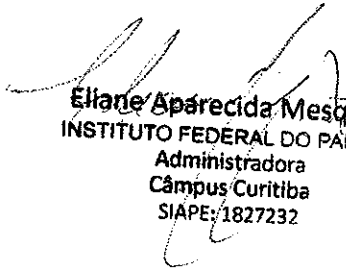
Restaurantes Empresariais

CPF 758829490-68

Analista de Contratos & Licitações

335

Recebi em
12. novembro. 2016


Eliane Aparecida Mesquita
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
Administradora
Câmpus Curitiba
SIAPE: 1827232